

O objetivo deste trabalho é a análise, através do estudo da Carta de 1934, das continuidades e descontinuidades verificadas na ordem econômica, política e institucional do período, considerado como de afirmação do Estado desenvolvimentista brasileiro. Através de políticas deliberadas, o crescimento foi induzido pelo intervencionismo governamental, incrementando a industrialização substitutiva de importações e a diversificação da produção agrícola e das exportações. Há impulso, assim, à transição de uma sociedade agrária e exportadora para outra, urbana e industrial, afirmando-se a ordem social competitiva.

Nesse sentido, ganha realce o estudo do desfecho desse processo, na medida em que resulta na construção do *Brasil moderno*. Trata-se da transformação psicossocial do país e sua inserção no padrão comumente chamado de *sociedade industrial*. A Carta de 1934 é tida como um dos primeiros *momentos* dessa etapa, posto que parte de um *movimento* mais amplo de transformação da sociedade brasileira, com a criação e o reconhecimento, pelo Estado, de novas leis, regras, instituições e valores, com profundas consequências econômicas, políticas, sociais e culturais. Dois aspectos principais nortearam o conjunto de mudanças: a centralização política e administrativa e o intervencionismo estatal. Os movimentos iniciados são entendidos por esses dois prismas que, como tendências, deram ênfase à ação governamental.

Assim, sem desconsiderarem-se as continuidades, enfatizam-se os elementos de ruptura com o período anterior, os quais ensejaram uma nova concepção de mundo, dando veia a uma nova forma de pensar e concretizar a relação entre Estado e sociedade. A busca do “novo” materializa-se em propor uma nova dinâmica histórico-social, o que lhe empresta seu caráter de *originalidade*.